

Uma política feminista para a transformação social¹

Carmen Silva e Sophia Branco

Para começo de conversa

Entendemos o feminismo como uma forma de viver a vida e de estar no mundo, ou seja, algo que algumas pessoas tomam como referência para suas decisões e modos de construir a si mesmas, se relacionar e existir no mundo. Mas ele é também, sobretudo, um movimento social, construído por mulheres que lutam em torno das causas que afetam as vidas das mulheres das mais variadas formas.

O que entendemos como uma forma feminista de viver a vida e de se organizar coletivamente, por sua vez, está ligado a um pensamento teórico já estabelecido e que se renova a cada dia pelas mãos de todas nós. Isto significa que, em diálogo com nossas práticas de ações coletivas e individuais, existe um pensamento analítico e crítico sobre o mundo em que vivemos e sobre como podemos transformá-lo.

Um princípio importante dos feminismos é a valorização da nossa capacidade de aprender com as nossas próprias experiências e dos diferentes tipos de conhecimentos que produzimos. O que entendemos por teoria feminista, desta forma, abarca não apenas as contribuições de pesquisadoras renomadas ou aquilo que está nos livros, mas todo o conhecimento que produzimos coletiva e individualmente sobre a nossa própria realidade e o mundo ao nosso redor.

A política como ação cotidiana

Já de partida, podemos perceber que o feminismo é muitas coisas, ele abarca muitas esferas das nossas vidas e propõe uma compreensão de política que é muito mais ampla do que o que entendemos tradicionalmente por “política”. Para o feminismo, a política não se faz apenas dentro do Estado ou em diálogo com o Estado. Política é algo que fazemos todos os dias, dentro e fora de casa – na família, nos nossos círculos de amizade, no nosso trabalho, assim como dentro dos nossos movimentos, na rua, na Câmara Municipal da nossa cidade ou na Assembleia Legislativa. Isso não significa que estamos constantemente pensando em leis e direitos em todos esses espaços, mas que, para o feminismo, um mundo mais justo exige mais do que leis e direitos. Exige que várias relações sociais sejam transformadas para que possamos viver livremente. E isso significa desconstruir o machismo, o racismo, a lgbtphobia, o capacitismo, o classismo e tantas outras formas de opressão que estão colocadas no nosso dia a dia em todos esses espaços.

¹ Este texto foi escrito para o curso Política Feminista para Transformação Social, realizado em 2019 pela Universidade Livre Feminista. Agradecemos a Beth Ferreira e Thayz Athayde pelas valiosas contribuições ao longo da sua construção.



A compreensão de que política não diz respeito apenas aos espaços institucionais é uma das contribuições importantes que o feminismo traz para a teoria política e a ação dos movimentos sociais. Um jargão feminista que ficou famoso nas décadas de 1960 e 1970 resume bem essa ideia: “o pessoal é político”. Essa frase é representativa de uma reflexão crítica desenvolvida pelas feministas sobre a separação entre o público e o privado. Para a teoria política moderna, a arena da disputa política é a arena pública. O privado, ou seja, nosso lar e as relações que estabelecemos com nossa família, não deveriam ser parte do debate político e, por isso, não são entendidas como preocupações da sociedade. Quais são as consequências disso? Todas as desigualdades e violências vivenciadas na esfera privada não são entendidas como problemas que devem ser discutidos e combatidos por toda a sociedade. É a famosa ideia de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Nós sabemos que as famílias e os nossos círculos de afeto também são espaços de reprodução de opressão, por isso, as relações que se dão nesses espaços também precisam ser pensadas coletivamente e transformadas.

Outra consequência dessa divisão é que, na perspectiva patriarcal (isto é, da dominação masculina que ocorre em todas as esferas da vida), o espaço público é, por excelência, um espaço dos e para os homens. Nós sabemos que ao longo da história, nós, mulheres, sempre ocupamos o espaço público, sobretudo as mulheres trabalhadoras – dentre as quais, as mulheres negras, que por séculos foram escravizadas. Mas quando dissermos que esse espaço é visto pela sociedade patriarcal como um espaço masculino, estamos afirmando que mesmo quando nós estávamos nesses espaços, éramos invisibilizadas. Se, na lógica patriarcal, a política diz respeito à esfera pública e a esfera pública é a esfera considerada dos homens, a política é vista prontamente como “coisa de homem”. Não é à toa que somos mais da metade da população brasileira, mas ainda hoje ocupamos menos de 10% das casas legislativas do país.

Em relação à política feminista frente ao Estado, em especial no parlamento e no poder executivo, podemos considerar três fatores que interdita a participação política das mulheres: 1) a legislação que rege o sistema político brasileiro; 2) as condições de vida da maioria das mulheres que atuam no campo da esquerda; 3) a cultura política tradicional que normatiza que lugar de mulher é a serviço da família. Estes fatores ocorrem dentro do sistema patriarcal, racista e capitalista e são alimentados por ele. Neste momento conjuntural que estamos vivendo, todos estes fatores tendem a se agravar. Precisamos fazer uma verdadeira onda, da envergadura de um tsunami, para seguirmos construindo a força política feminista.

Organização coletiva para transformar o mundo

Embora nossa atitude individual possa mudar muitas coisas nas nossas vidas, tem algumas transformações mais estruturais que só conseguimos alcançar quando nos organizamos coletivamente com outras mulheres. É a partir dessa organização coletiva que lutamos por um projeto de sociedade em que todas as dimensões dessas opressões sejam combatidas. Ainda que



uma mulher possa sair sozinha de uma situação de opressão que ela está vivenciando, apenas coletivamente podemos fazer com que a sociedade perceba que a forma como algumas relações sociais estão organizadas não é justa. Dessa forma, quando combatemos uma injustiça, mudamos não apenas as nossas vidas, mas as possibilidades de todas as mulheres viverem melhor.

O feminismo, enquanto movimento, não se organiza de forma centralizada. Algumas pessoas preferem, inclusive, falar feminismos, no plural, porque consideram importante ressaltar que existem diferentes correntes políticas no seu interior e que as mulheres estão organizadas em diferentes movimentos feministas, que atuam de diferentes formas. No Brasil, existem alguns movimentos nacionais organizados, a exemplo da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Liga Brasileira de Lésbicas, assim como movimentos regionais, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Mas o movimento feminista é muito mais amplo. No interior do movimento feminista existem também vários coletivos que atuam localmente e que se articulam uns com os outros esporadicamente; alguns coletivos que atuam prioritariamente na internet e nas redes sociais virtuais; e, mulheres que, individualmente, fazem ações de movimento, participam, estudam, publicam, fazem arte e atividades que acolhem outras mulheres em situações difíceis.

Apesar de ser um campo plural difuso, o feminismo tem ampliado a cada dia a sua capacidade de ação coletiva, seja com fortes mobilizações, seja com ações diretas, ou com redes de solidariedade e acolhimento locais. Episódios como a articulação de diversos movimentos e coletivos feministas em torno da bandeira “Fora Cunha” e Contra o PL 5069 sobre o aborto, em 2015, que ficou conhecida como “Primavera Feminista”²; as jornadas do 8 de Março dos últimos anos, que têm agregado um número cada vez maior de mulheres; e as manifestações do #EleNão, nas eleições de 2018, mostram a magnitude do que podemos ser como força política.

Nos últimos anos registra-se um grande crescimento da adesão ao feminismo: na internet e na vida presencial. Chama atenção especialmente o crescimento entre jovens, entre mulheres populares, negras, mulheres atuantes em movimentos sociais mistos e, mais recentemente, entre mulheres trans e mulheres com deficiência. Alguns coletivos têm curta duração, mas muitos permanecem e se articulam entre si para várias ações políticas que respondem à conjuntura imediata e também fortalecem e visibilizam reivindicações que temos construído ao longo de anos e décadas. Hoje, no Brasil e na América Latina, temos um calendário de lutas feministas que consegue agregar cada vez mais mulheres em datas como o 8 de Março (Dia internacional de luta das mulheres), o 25 de Julho (Dia da mulher afro-latino-americana e caribenha), 28 de Setembro (Dia de luta pela descriminalização do aborto) e 25 de Novembro (Dia internacional pelo fim da violência contra as mulheres).

² Sobre a “Primavera Feminista”, ver o trabalho de Priscilla Brito, “Primavera das Mulheres: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas do Rio de Janeiro em 2015”. Rio de Janeiro, UERJ, 2017, Dissertação de mestrado.



Pluralidade x Universalismo

O feminismo é um campo político amplo e aberto, com diversas formas de participação e organização. É um campo plural, que congrega diferentes tipos de mulheres em situações sociais diferentes e desiguais entre si, como indígenas, negras, rurais, periféricas, trans, cis, lésbicas, intelectuais, trabalhadoras, mulheres de classe média, jovens e mais velhas. A compreensão da diversidade existente entre as mulheres é o desdobramento de outra contribuição política importante trazida pelo feminismo: a contestação do universal. O feminismo tem tensionado a compreensão de todo tipo de universalismo, ou seja, de toda tentativa de se construir uma ideia “única” e “padrão” para categorias sociais como “cidadão”, “trabalhador”, “brasileiros”, “mulheres” etc.

O problema de pensarmos nessas categorias de forma homogênea é que toda tentativa de determinar algo vai ser sempre arbitrária e sempre acaba deixando de lado diversas singularidades importantes das nossas vidas. O que “fica de fora” da compreensão geral que temos dessas categorias sociais são sempre singularidades próprias das pessoas em situações mais vulneráveis. Ou seja, a forma como determinamos essas categorias universais está sempre atravessada por desigualdades. Se pensamos no “cidadão” como uma figura abstrata e universal, as leis e os nossos direitos serão pensados sem levar em consideração a diversidade das realidades e necessidades de todo mundo que deveria estar representado por essa palavra. E responderão apenas às necessidades dos grupos dominantes (homens, pessoas brancas de classes abastadas). Existem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres, entre pessoas que vivem nas cidades e pessoas que vivem no campo, entre índios, negros e brancos, entre pessoas cis e pessoas trans, temos também capacidades físicas diferentes e por aí vai. Ao contestar essas compreensões universais, o feminismo nos alerta que as nossas lutas precisam estar atentas a essas diferenças e desigualdades.

Autorreflexão e Autocrítica

Outro princípio feminista fundamental para que esse processo de abertura às diferenças existentes entre nós mulheres seja possível é o compromisso que o feminismo tem com a autorreflexão e autocrítica. Ao falar sobre o início da sua militância feminista em um de seus livros, bell hooks, uma feminista negra estadunidense, nos diz uma coisa importante: antes que possamos mudar o mundo, precisamos mudar a nós mesmas. Ao compreender a política como algo que diz respeito a todas as esferas das nossas vidas, o feminismo também potencializa a nossa capacidade de analisar de forma crítica as nossas relações com outras mulheres e as redes de desigualdades que perpassam essas relações. Sem um olhar atento para estas desigualdades, não é possível construir alianças. O feminismo está desafiado a compreender-se na sua diversidade organizativa e nas suas diferentes causas. Nós, mulheres, somos 50% da humanidade. Dessa forma, todas as causas são causas das mulheres, tudo nos interessa! Mas tem coisas que só nós fazemos por nós mesmas. Por exemplo, só nós lutamos com radicalidade por nossa autonomia sobre nossos corpos.

A capacidade de autocrítica do movimento feminista é que faz com que ele se renove e se



fortaleça a cada dia. Estar no movimento é construir valores coletivos, fincados em processos internos que modificam a nós mesmas continuamente e ao nosso próprio movimento. Daí que, quando assumimos um feminismo antirracista, isso se constrói não apenas nas lutas contra o racismo, mas também no diálogo que buscamos estabelecer entre mulheres negras, brancas, indígenas; na nossa expressão pública baseada em uma estética que incorpore simbologias inclusivas da dimensão racial, na construção política interna de lugares de poder para mulheres negras e indígenas. O feminismo que construímos precisa entender as relações raciais como um elemento estruturante da sociedade na nossa leitura de mundo. Isto ocorre hoje em função da capacidade de autocrítica que este movimento possui ao longo de sua história.

O desafio de ser feminista na situação atual das periferias urbanas, nos bolsões de desenvolvimento em zonas rurais ou afastadas dos grandes centros e entre populações tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas), ou sendo uma mulher com deficiência, uma prostituta, uma desempregada, uma mulher trans de periferia ou negra em ambiente acadêmico, é muito grande. Isto exige a organização de articulações movimentalistas que tenham um modo de ser e uma metodologia de ação capaz de enfrentar os limites de participação que são impostos à maioria das mulheres. Porque, se por um lado, nossas diferenças precisam ser respeitadas, por outro, nossas desigualdades precisam ser permanentemente combatidas. Problemas de deslocamento para reuniões, de participação em eventos noturnos longe da residência, de domínio do código escrito, de livre acesso à internet, de formas de debater que pressupõem quadros de referências não usuais na vida popular... Tudo isso são questões que precisam ser levadas em conta para garantir a participação de todas as mulheres.

Autonomia e Horizontalidade

Por conta da crítica feminista às velhas formas de fazer política – patriarcais, paternalistas, excludentes e autoritárias –, o feminismo procura construir uma nova cultura política e valoriza muito a liderança democrática. Em geral, busca o engajamento consciente das mulheres nos processos de luta e nas ações do movimento, buscando que todas sejam sujeitos. Assim, a política feminista, na nossa perspectiva, deve ser organizada considerando alguns princípios centrais, como a autonomia e a horizontalidade, que são base para outros princípios. Nos movimentos há diferentes formas de pensar autonomia. Às vezes, autonomia é tomada como voluntarismo, ou seja, cada uma pode e deve fazer o que tem vontade. Neste caso, o fazer do movimento resume-se a um ato de vontade, sem considerar as circunstâncias. Esta concepção distorcida de autonomia pode levar a propostas de atuação individualistas, fora de contexto, sem possibilidades de permanência no longo prazo e com alto risco de insucesso. Outras vezes, autonomia é tratada como ausência de qualquer relação, como atuação independente dos outros, definida apenas considerando suas próprias forças e limites e seus pontos de vista, sem pensar nas repercussões de sua ação no campo político de quem luta também por transformações, ainda que com outras prioridades. Neste caso, o movimento pode ficar isolado numa luta, com poucos parceiros ou mesmo nenhum.



A autonomia é um princípio na forma de organização do movimento, isto é, o grupo ou movimento decide autonomamente o seu caminho, e não alguém, de dentro ou de fora do movimento, decide por ele. Mas decide considerando a conjuntura, as circunstâncias e contingências das relações sociais e políticas do momento, assumindo os riscos e desdobramentos de suas próprias decisões. O princípio feminista é sempre estimular e preservar a autonomia das mulheres e do próprio movimento de mulheres. No sentido organizativo do movimento, a autonomia das mulheres é um objetivo e uma pauta de luta. Autonomia é o princípio pelo qual se torna possível ao movimento de mulheres decidir sobre quando e com quem estabelecer relações políticas, sejam elas de colaboração, aliança ou confronto, mas sempre a partir dos interesses, convicções e projetos com os quais o movimento se orienta coletivamente.

Quanto ao princípio da horizontalidade, este é assumido pelo feminismo em contraposição ao modelo hierárquico e vertical que prevalece em muitas formas de organização política, com relações de poder estabelecidas de forma centralizada e decisões impostas de cima para baixo. A horizontalidade no feminismo faz com que todas as mulheres e organizações que dele se sentem parte possam atuar com legitimidade no movimento, sem precisar serem autorizadas por ninguém. A horizontalidade é o princípio que levou, por exemplo, o feminismo a atuar na forma de rede, sem ter um centro de poder que o dirija.

O princípio da horizontalidade já foi, entretanto, muito criticado no feminismo, especialmente porque tem a possibilidade de falsear a real desigualdade de poder que existe entre as mulheres dentro das organizações e no movimento mesmo. Fazemos movimento de mulheres numa sociedade desigual, e por isto estamos, nós mulheres, em situação de desigualdade umas frente às outras. Enfrentamos desigualdades derivadas das relações sociais de classe e as desigualdades decorrentes do racismo e do etnocentrismo, heranças da colonização, além de desigualdades relativas à forma de lidar com o conhecimento, com a estrutura das organizações, entre outras. A partir desta crítica, parte do movimento colocou em questão este princípio, enquanto outra parte mantém-se fiel a ele, mas tomando-o como proposição utópica, ou seja, que deve ser buscada sempre, embora dificilmente seja alcançada plenamente. Com base no princípio da horizontalidade, atuamos para garantir o máximo de igualdade entre as mulheres no movimento, mesmo que estejamos numa situação de desigualdade real na sociedade.

O cuidado como estratégia política feminista

A incorporação do cuidado como princípio político é outra contraposição feminista à perspectiva política patriarcal³. Um debate importante para compreendermos essa incorporação é o questionamento a divisão entre público e privado que o feminismo faz. Na perspectiva patriarcal, a esfera pública é a esfera da razão e da imparcialidade. A esfera privada, em contrapartida, é a esfera

³ Em relação a este debate, ver o trabalho de Sophia Branco, "Os feminismos e a crise do campo discursivo da esquerda: reflexões sobre as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular". Recife, UFPE, 2018. Dissertação de mestrado.



dos afetos, do cuidado e das emoções. Nessa separação, se defende que o cuidado e as emoções precisam estar separados da política. Nós, feministas, entendemos que as pessoas se expressam, sentem e vivenciam as situações de formas diferentes. Por isto, toda forma de manifestação deve caber nos espaços de debate político, para que ele possa nos incluir a todas. Isso significa que as emoções também cabem nesse espaço – o choro, o afeto, a alegria, e até mesmo a raiva – com tanto que não violem outro princípio importante, que é o respeito às outras pessoas que estão presentes naquele espaço.

Acreditamos que as emoções também são formas legítimas de expressão no debate político e, ao mesmo tempo, acreditamos que é preciso olhar para essas emoções de forma política. Ao desenvolver espaços mais preocupados com o cuidado que temos umas com as outras, os movimentos feministas, desde a década de 1960, buscam construir espaços diferentes dos espaços de debate hostis que as mulheres, às vezes, encontravam na militância com os homens, onde não tinham suas vozes ouvidas e suas ideias respeitadas. Os espaços políticos feministas são entendidos, portanto, como espaços de fortalecimento individual e coletivo para as mulheres, porque se entende que apenas quando estamos fortalecidas conseguimos nos opor à complexa teia de opressões na qual estamos inseridas. É importante que se diga que valorizar a preocupação com o cuidado não significa eliminar o conflito do debate político. Afinal, o conflito é constitutivo da política. Sem o conflito e o embate, não avançamos. Mas ao valorizar o cuidado, os espaços feministas buscam construir situações de embate político que não agridam a psiquê das mulheres presentes. Se entende também que só temos condições de disputar politicamente fora dos nossos movimentos e também entre nós mesmas quando estamos fortalecidas política e emocionalmente.

Recentemente, várias feministas participaram de um diálogo virtual na Universidade Livre Feminista sobre o autocuidado e o cuidado entre ativistas. Uma das questões concluídas a partir desse diálogo foi que, diante de tantas demandas exteriores, o cuidado entre nós é um desafio constante que enfrentamos nos nossos movimentos e coletivos. Priorizar nossos sentimentos, observar nossos corpos e nossas emoções, cuidar da nossa saúde são compromissos que buscamos assumir para levar adiante o desafio de transformar a política. São escolhas políticas que transformam as relações e o cotidiano dos movimentos, proporcionando vínculos mais fortes entre nós, contribuindo para o nosso fortalecimento e, dessa forma, para a nossa permanência na luta e para a sustentabilidade do nosso ativismo. São formas de fortalecer princípios feministas como o reconhecimento mútuo, a escuta atenta de cada uma, o respeito pelas divergências e o combate às hierarquias. São caminhos de justiça reparatória para driblar a reprodução das relações desiguais que estão postas dentro e fora dos nossos movimentos. Não é uma tarefa simples, é necessário compromisso com o autoconhecimento e disposição para a transformação pessoal e coletiva. É necessário abertura para o aprendizado e a transformação permanentes⁴.

⁴ Trecho retirado da publicação “Cuidado e autocuidado entre ativistas: diálogos virtuais”, de Guacira de Oliveira e Sophia Branco. Brasília, CFEMEA, 2018.



Feminismo é revolução!

A organização feminista é, ela mesma, uma experiência subversiva e revolucionária. Porque, existindo dentro e contra a ordem patriarcal-racista-capitalista, não só a denúncia e luta para superá-la, como dinamiza, na sua cotidianidade, processos individuais e coletivos de invenção e experimentação de outros modos de existir, de ser livre, de se relacionar e de estar no mundo... e de fazer política.

Neste fazer político do movimento feminista, outro desafio é se situar em relação ao campo de esquerda, vendo-o criticamente – tanto o seu processo de esgarçamento como sua tentativa de reconstituição com as atuais frentes de esquerda. O campo político de esquerda, em especial a sua fração partidária, se orienta pela análise da realidade tendo como eixo central o conflito capital e trabalho. São poucos os setores que absorvem nas análises o debate sobre outras relações sociais que, para o feminismo, são igualmente centrais, como as relações sociais de sexo e de raça. Algumas articulações movimentistas feministas, pelas suas posições políticas e trajetórias históricas, estão situadas mais próximas ao núcleo central deste campo, e algumas mais distantes⁵. Todavia, considerando que o campo de esquerda não é constituído apenas por partidos políticos e/ou de movimentos vinculados ideologicamente a eles, importa compreender e se situar enquanto esquerda social, a partir de ideias caras ao movimento feminista como autonomia e horizontalidade.

Enquanto movimento, também enfrentamos o desafio de gerar a capacidade de fazer lutas como um processo político articulado, com reivindicações ou proposições objetivas, com antagonistas bem definidos e com capacidade de acumulação de forças que nos levem a obter vitórias pontuais ou locais. Isso não é uma constante na história do movimento feminista brasileiro. Mas é um caminho para onde nossas práticas articulatórias atuais, com autonomia e horizontalidade, podem nos levar. Precisamos distinguir quais são as causas prioritárias e que tenham capacidade de nos unir e nos mobilizar em cada conjuntura. E também, a partir de que tipo de prática articulatória, entre nós, poderemos tomar decisões conjuntas para impulsionar nossas lutas comuns, a fim de gerar movimentos irresistíveis, capazes de agregar milhões de mulheres para a luta.

Enfrentamento ao poder patriarcal, racista e capitalista

A política feminista é a ação coletiva das mulheres, organizadas em movimentos, no enfrentamento do poder patriarcal, racista e capitalista em suas várias expressões. Essa política é situada a partir do conhecimento crítico, construído coletivamente, sobre a exploração e a dominação à qual estamos submetidas. Mas também sobre nossas formas de resistência e nossos modos de vida próprios. Ela não se restringe às formas institucionais de participação, como parlamento, partidos, conferências e conselhos, embora necessite delas.

⁵ Sobre este debate, veja o trabalho de Carmen Silva “Feminismo popular e lutas antissistêmicas”. Recife, SOS Corpo, 2017.



A política feminista se fortalece no movimento social, na capacidade de agregar muitas, de fazer mobilizações massivas, de enfrentar o debate público com argumentos firmes, de realizar ações diretas que ampliem sua visibilidade, de fazer juntas pequenas lutas que mudem as nossas condições de vida aqui e agora etc. E também no modo como construímos redes de solidariedade entre nós e com outras mulheres, em como nos dedicamos ao cuidado entre nós mesmas, trocando informações, apoio mútuo e realizando conjuntamente atividades que nos ajudem a sentir e cuidar mais de nós mesmas, nossos corpos e nossos processos emocionais e reflexivos. Enfim, a política feminista em que acreditamos nos desafia a vivenciar cotidianamente a sua construção em nossas vidas, para que a partir dela possamos nos transformar, transformar as relações, isto é, transformar o mundo.

É importante destacar que não entendemos a transformação social como um momento de ruptura abrupta, em que um grupo político “do nosso lado” toma o poder de Estado. Isso pode até ocorrer. Mas para nós, a transformação social é um processo mais complexo e amplo, de longo prazo, que se faz tanto no campo econômico e como no plano ideológico. Ou seja, se trata de um processo de luta política que rompe ao mesmo tempo com as estruturas ideológicas e materiais da dominação e da exploração que marcam nossas vidas. Neste sentido, entendemos transformação social como um dever, uma utopia que nos move e dá sentido para as nossas lutas e, ao mesmo tempo, nos ajuda a construir o nosso movimento e a nós mesmas. É, portanto, um ideário que sustenta o nosso feminismo e que dá alento para nossas lutas, nossas ações disruptivas, nossos modos de vida.

Daí, temos que a política feminista em que acreditamos é aquela que construímos no dia a dia e que busca transformar nossas vidas – em todos os sentidos. É a política de nossa auto organização em coletivas, articulações e movimentos sociais de forma radicalmente democrática, horizontal e autônoma. É a política das ruas, feita com criatividade, alegria e determinação. É também a política das pequenas rodas, nas quais conversamos olho no olho, nos tocamos, sentimos cada uma de nós e sabemos como cada uma está vivenciando os enfrentamentos da vida cotidiana. Através dela, ganhamos força pra continuar resistindo e lutando: por nós, pelas outras, por todas!